

O Brasil nas ruas e longe do mundo: como a crise político-econômica levou ao colapso da política externa brasileira

Brazil in the Streets and Away from the World: How the Prolonged Political-Economic Crisis Led to the Collapse of Brazilian Foreign Policy

Guilherme Casarões
Fundação Getúlio Vargas
casaroes@gmail.com

Enviado: 12 octubre 2021 | **Aceptado:** 30 noviembre 2021

Resumen

Neste artigo, argumentamos que a política externa passou a ser conduzida não mais pelos objetivos e interesses de longo prazo do país, tendo em vista as possibilidades globais, mas pela conjuntura doméstica imediata. É possível identificar três grandes fases nesse processo, que coincidem com as estratégias dos governos de turno: (1) a fase de *retração*, em que Dilma Rousseff buscou rebaixar o status brasileiro de potência para o de potência média; (2) a fase de *normalização*, em que Michel Temer buscou garantir a legitimidade e a sobrevivência de seu frágil governo transitório por meio do reforço da agenda comercial, com vistas à recuperação econômica do país; (3) a fase de *redefinição*, em que Jair Bolsonaro buscou repositonar o Brasil como nação cristã e conservadora por meio da submissão dos objetivos internacionais do país à nova correlação de forças que chegou ao poder em 2018.

Palavras-chave: Brasil, política externa, potência emergente, identidade internacional.

Abstract

In this article, we argue that Brazil's foreign policy has no longer been guided by the country's long-term objectives and interests, in view of the global possibilities, but by the immediate domestic circumstances. We identify three major stages in this process, coinciding with the strategies of the specific administrations: (1) retraction, in which president Dilma Rousseff sought to lower the Brazilian status of emerging power to that of middle power; (2) normalization, in which president Michel Temer sought to guarantee the legitimacy and survival of his fragile transitional government by strengthening the trade agenda, with a view to the country's economic recovery; (3) redefinition, in which president Jair Bolsonaro sought to reposition Brazil as a Christian and conservative nation by substantiating the country's international objectives to the new correlation of forces that came to power in 2018.

Keywords: Brazil, foreign policy, emerging power, international identity.

Introdução

Vaias ensurdecedoras dentro do estádio, bombas de gás lacrimogêneo no seu entorno, prisões de diversos manifestantes. A abertura da Copa das Confederações, em Brasília, deveria celebrar a conquista brasileira de sediar a Copa do Mundo de 2014, anunciada sete anos antes pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no auge de sua popularidade. Transformou-se, contudo, num evento constrangedor para sua sucessora, Dilma Rousseff. Poucos se recordam dos lances da vitória da seleção contra o Japão, mas a hostilidade generalizada contra a presidente ficou registrada na memória coletiva. Aquele foi o prenúncio de uma crise política que o governo não seria capaz de superar.

Naquele mês de junho de 2013, algumas capitais brasileiras já vinham testemunhando manifestações pontuais contra o aumento de preços do transporte público, com grande repressão policial. Mas a animosidade observada na Copa das Confederações deflagrou uma nova fase dos protestos, muito maiores, com focos pontuais de violência e mais difusos em termos de pautas ou composição. Ao lado das reivindicações por “passe livre”, havia todo tipo de críticas ao governo – pelo aumento da inflação, pela corrupção generalizada e pelos gastos com estádios para o torneio mundial. Em muitas das cidades, vozes bradavam em uníssono: “o gigante acordou”, em alusão a supostos anos de dormência política e passividade popular.

A despeito de todos os esforços de construir um novo pacto entre governo e sociedade, Dilma Rousseff foi tragada pela crise política e econômica dos anos seguintes. Sucumbiu a um processo de *impeachment*, em 2016, conduzido por um congresso indócil, desesperado por sobreviver a numerosas investigações de corrupção e pressionado por manifestações populares cada vez mais numerosas e barulhentas. Do caos instaurado no país, nasceu uma frente de extrema direita que triunfou nas eleições de 2018, pela figura de Jair Bolsonaro.

O despertar do gigante também marcou um processo de retirada brasileira do tabuleiro global. Após uma década de crescente envolvimento e projeção internacionais, no contexto do que o ex-chanceler Celso Amorim chamara de uma política externa “ativa e alta”, o Brasil escondia-se do mundo. Não era a primeira vez que isso acontecia: em outros momentos de crises ou turbulências internas, como no decurso da transição democrática ou do processo de *impeachment* do presidente Collor, a política externa naturalmente perdeu centralidade.

Agora, contudo, a situação parecia mais grave: em lugar de mera introspecção momentânea, o período iniciado com as chamadas “jornadas de junho” representou o rápido desmonte da capacidade diplomática do país. Os custos políticos e econômicos do ativismo brasileiro corroeram a legitimidade de Dilma Rousseff. A oposição a acusava de gastos exorbitantes com viagens internacionais e de fazer uma política externa ideológica, que privilegiava parceiros de esquerda, como Cuba e Venezuela e não entregava resultados concretos. A própria base revoltava-se com o aparente desinteresse da presidente em manter o legado grandioso do ex-presidente Lula, ignorando

que as circunstâncias internas e externas por ela enfrentadas haviam se deteriorado. Sem dinheiro, os diplomatas do Ministério de Relações Exteriores estavam de mãos atadas, administrando uma política externa à deriva.

Desde 2013, a política externa passou a ser conduzida não mais pelos objetivos e interesses de longo prazo do país, tendo em vista as possibilidades globais, mas pela conjuntura doméstica imediata. É possível identificar três grandes fases nesse processo, que coincidem com as estratégias dos governos de turno: (1) a fase de *retração*, em que Dilma Rousseff buscou rebaixar o status brasileiro de potência emergente (e, portanto, detentora de certos compromissos internacionais ambiciosos) para o de potência média, de ambições mais limitadas e geralmente circunscritas a temas de baixa política (como comércio, meio ambiente e direitos humanos); (2) a fase de *normalização*, em que Michel Temer buscou garantir a legitimidade e a sobrevivência de seu frágil governo transitório por meio do reforço da agenda comercial, com vistas à recuperação econômica do país; (3) a fase de *redefinição*, em que Jair Bolsonaro, político de extrema direita, fortemente antissistema, buscou reposicionar o Brasil como nação cristã e conservadora por meio da submissão dos objetivos internacionais do país à nova correlação de forças que chegou ao poder em 2018.

A retração internacional do governo Dilma Rousseff (2013-2016)

Ao longo do governo Dilma Rousseff, a combinação de escândalos de corrupção, instabilidade política e resultados econômicos pífios colocaram em xeque a credibilidade do país diante do mundo. A queda brusca em comércio e investimentos levou o Brasil ao isolamento, agravando um quadro doméstico já desfavorável. No plano externo, o Brasil sofreu os efeitos tardios da recessão financeira mundial e das transformações geopolíticas em curso, sobretudo em regiões sensíveis aos interesses brasileiros. Quanto ao aspecto econômico, os sinais de desaceleração desde 2012 eram sintomáticos dos limites das políticas expansionistas que fizeram o país passar incólume à turbulência inicial. Politicamente, tensões crescentes no Oriente Médio, na Ucrânia e na Venezuela comprometeram nossa estratégia de cooperação sul-sul, outrora bem-sucedida.

No plano doméstico, caiu por terra o tripé que deu sustentação à bem-sucedida política externa do governo Lula. Por quase uma década, presidente, partido e burocracia alinharam-se para assegurar a ascensão global do Brasil. Tratava-se, é claro, de um equilíbrio delicado, que envolveu alguma divisão de competências (Marco Aurélio Garcia, por exemplo, limitou-se a determinadas agendas latino-americanas), bem como um generoso aporte de recursos ao Itamaraty, que se beneficiou da expansão da rede de embaixadas e do corpo diplomático, tudo isso galvanizado pelo voluntarismo presidencial.

Ao contrário de seu antecessor, Dilma Rousseff não se mostrou interessada por política externa, muito menos em esperar ao “tempo da diplomacia” para levar sua agenda adiante. Ausentes *virtù e fortuna* à nova presidente (e aos seus chanceleres), o Itamaraty acabou sendo colocado para escanteio, com muito menos recursos e prerrogativas. Outros ministérios, particularmente aqueles comandados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), entraram numa batalha pelos espólios da diplomacia. Originou-se daí o que, em outras oportunidades, chamei de “ciência-sem-fronteirização” da política externa: a submissão das prioridades diplomáticas aos interesses setoriais – no caso, de um programa de capacitação científica capitaneado pelo Ministério da Educação. Processos semelhantes ocorreram em outras pastas, como Defesa, Saúde e Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior.

Se a combinação desses fatores fortaleceu alguns setores de nossa política externa, como a área de defesa (Amorim, “Hardening”), ela acabou por trazer resultados externos negativos a partir, sobretudo, de 2013. A conjuntura internacional agravou o processo de deterioração da política externa brasileira a partir de três grandes inflexões: (1) a mudança das dinâmicas regionais; (2) a mudança do equilíbrio de poder entre as grandes potências, mormente Estados Unidos e China; (3) a mudança na configuração geoestratégica e econômica das parcerias brasileiras. As novas circunstâncias globais dificultaram a desejada retomada da política externa a partir do segundo mandato e a crise doméstica acabou por obstruir qualquer ação diplomática efetiva. Com o povo na rua e o governo contra a parede, o Brasil desaparecia do mundo.

A liderança brasileira desmanchando-se no ar

A liderança brasileira na América do Sul vinha sendo construída desde o processo de redemocratização e tinha como principais alicerces as instituições de integração regional, especialmente o Mercosul. O governo Lula deu novos ares a esse projeto, seja pelo aprofundamento de iniciativas já existentes, como a Iniciativa de Integração de Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e as novas estruturas do Mercosul, como o Fundo de Convergência Estrutural do bloco (FOCEM), seja pela construção de novas instâncias de coordenação política, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e, mais tarde, a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

Os desafios à posição brasileira eram conhecidos: resistência argentina ao aprofundamento da integração econômica, sobretudo após a prolongada crise econômica do país iniciada em fins da década de 1990; resistência venezuelana ao protagonismo brasileiro, que se tornou visível com a criação da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA); resistência de países como Paraguai e Bolívia aos termos da integração energética com o Brasil, como observado na

renegociação dos valores de Itaipu, encabeçada pelo presidente Fernando Lugo, e na nacionalização das operações de petróleo e gás por parte do governo Evo Morales; finalmente, o renovado ímpeto norte-americano de “bilateralizar” as relações comerciais com países como Chile (2004), Peru (2009) e Colômbia (2012), após o colapso das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (Casarões, “O novo chanceler”).

No governo Dilma, a questão mais delicada referente à integração regional dizia respeito à entrada da Venezuela no Mercosul. O protocolo de adesão venezuelano havia sido assinado em 2005, no auge da força de Hugo Chávez. Passados sete anos, o ingresso do país dependia da aprovação do Senado paraguaio, cuja relutância dava-se sob o argumento de que o país não atendia aos critérios democráticos do bloco. Em junho de 2012, uma reviravolta: o Paraguai foi suspenso do Mercosul, de sua cláusula democrática (o Protocolo de Ushuaia), após um processo-relâmpago de *impeachment* contra o presidente Fernando Lugo.

Na mesma reunião, em Mendoza, os presidentes de Brasil, Argentina e Uruguai autorizaram a pronta entrada da Venezuela – mesmo contrariamente às recomendações do Itamaraty. Especulou-se, à época, que a manobra precipitara a demissão do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães do cargo de Alto Representante do Mercosul. Sintomaticamente, quem fez a defesa pública da posição brasileira não foi o chanceler Antonio Patriota, mas o Advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams (Adams).

A querela envolvendo Paraguai e Venezuela expôs divisões internas dentro do Mercosul, bem como desavenças fundamentais entre as posições do PT e do Itamaraty (Garcia, “Paraguai, Brasil e o Mercosul”). Do projeto original de união aduaneira, centrado na dimensão comercial, restou uma disputa política que acabou por comprometer resultados econômicos, criando obstáculos à posição regional do Brasil. Os fluxos comerciais entre o país e os três sócios originais do Mercosul observaram vertiginosa queda, de US\$ 47,2 bilhões em 2011 para US\$ 37,6 bilhões em 2014. Em 2015, as trocas intrabloco diminuíram quase 20% em relação ao mesmo período do ano anterior. Se a Venezuela for incluída na conta, o retrocesso é ainda mais alarmante.

Ao mesmo tempo, a mesma cláusula democrática que foi utilizada para alijar o Paraguai em 2012 não foi capaz de evitar que a Venezuela fosse tragada para uma crise política e econômica sem precedentes que se seguiu à morte de Chávez, no início de 2013. A situação no nosso vizinho ao norte foi mais um teste importante à política externa brasileira, colocando o Brasil num dilema entre não-intervenção e democracia na região (Castro Neves, Stuenkel e Spektor). Mas talvez o efeito mais pernicioso dessas dificuldades tenha sido a polarização política em torno das ações regionais do Brasil, que redundou no reducionismo do debate: setores de oposição aos governos do PT chegaram a rotular o Mercosul como “delírio megalomaniaco” e até mesmo a pedir seu fim (Gurovitz), esque-

cendo-se da importância das instituições de integração como projeto brasileiro (e sul-americano) de longo prazo.¹

Por fim, as relações do Brasil com a América Latina também foram colocadas à prova. O estabelecimento da Aliança do Pacífico em 2012 – composta por Chile, Colômbia, México e Peru – desafiou as aspirações econômicas brasileiras ao redor do hemisfério. Ao longo dos anos Dilma, o comércio com a região latino-americana e caribenha caiu para níveis semelhantes aos de 2007, de US\$ 95 bilhões para US\$ 66 bilhões. A maior iniciativa do governo Dilma no Caribe, o bilionário Porto de Mariel em Cuba, não chegou a mostrar resultados concretos e contribuiu para a polarização interna da política externa. Muito pouco restou das instituições regionais e dos projetos de cooperação técnica que marcaram os governos anteriores. Ainda assim, observou-se, em 2015, uma tentativa de compensar essa perda de protagonismo por meio dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFIs) com México, Colômbia e Chile. Seus efeitos, contudo, ainda eram incipientes quando do afastamento da presidente Dilma.

Uma tentativa de equidistância entre potências?

Em conjunção com a busca pela liderança regional, durante o governo Lula e parte do primeiro mandato de Dilma, prevaleceu a retórica do Brasil como potência emergente. Ela levou o país a ampliar, de maneira inédita, sua rede diplomática ao redor do mundo, bem como os recursos investidos em iniciativas políticas e projetos de cooperação, sobretudo no eixo sul-sul. Exemplo bem consolidado desse novo momento das relações internacionais do Brasil é o agrupamento BRICS, composto por Brasil, Rússia, Índia, China e, a partir de 2011, África do Sul. Em 2006, quando o grupo foi formado, tratava-se de um *clube de iguais*, unidos “em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional” de modo a “democratizar a ordem internacional” daquele início de século (Amorim, “Os Brics”).

Ainda que fossem claras as diferenças de capacidade militar ou econômica, o movimento ascendente de tais nações parecia ser o cimento daquela iniciativa de geometria variável, bem como motor de uma nova ordem mundial – que a diplomacia brasileira chamaria, mais tarde, de multipolaridade benigna. Nela, o sistema internacional se beneficiaria da “existência de múltiplos polos de poder e distintas perspectivas”, fazendo com que um maior número de atores participasse dos processos decisórios globais, “aprimorando a representatividade dos mecanismos de gestão da governança global” (Amorim, “Hardening”).

1 Para um debate mais qualificado sobre o papel e o legado do Mercosul, ver Timerman *et al.*; Vieira; Barbosa.

A desaceleração econômica dos emergentes e a eclosão de crises regionais revelou a face dos BRICS que eles sempre negaram: a de um arranjo pragmático, exclusivamente centrado em questões econômicas e liderado pela China. Foi dos chineses que vieram as duas grandes iniciativas concretas do bloco, na Cúpula de Fortaleza, em 2014: o Novo Banco de Desenvolvimento e o Acordo Contingente de Reservas. Elas complementam ações mais abrangentes e ambiciosas, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII). Além de ser o principal fiador dessas iniciativas, a China também é a parte mais interessada, dados seus esforços em tentar redesenhar a arquitetura financeira global e manter seus patamares de crescimento.

O quadro de liderança chinesa ficou ainda mais evidente com a mudança de prioridades geopolíticas da Rússia, que se envolveu em conflitos com a Ucrânia e com a Síria. Isso levou o Brasil a paulatinamente mudar a estratégia diante da China, reforçando os vínculos bilaterais e buscando administrar a maciça entrada de capitais chineses na América Latina a seu favor. Entre os marcos dessa nova abordagem, estão a realização da Cúpula CELAC-China e a visita do premiê Li Keqiang ao Brasil, durante a qual foram assinados 35 acordos, especialmente ligados ao setor de infraestrutura, perfazendo investimentos de aproximadamente US\$ 53 bilhões.

Como forma de compensar, em parte, a crescente dependência brasileira com relação à China, houve esforços para restabelecer as boas relações com os Estados Unidos. Dilma já havia realizado um ensaio de reaproximação no começo de sua gestão, buscando deixar para trás os estranhamentos entre Lula e Obama em questões espinhosas como Honduras ou Irã. A nomeação para a chancelaria do ex-embaixador em Washington, Antonio Patriota, bem como a decisão deliberada de esfriar relações com o governo de Mahmoud Ahmadinejad, caminhavam nessa direção.

A tarefa, contudo, não era simples: a despeito de um início alvissareiro, marcado pela visita oficial do presidente norte-americano ao Brasil em março de 2011 e cercado de expectativas sobre o apoio americano à candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (Amorim, “Let Us In”), as posições do governo Dilma sobre assuntos de segurança internacional não estavam afinadas com os interesses das potências ocidentais. As abstenções brasileiras nas questões líbia (Resolução 1973 do CSNU, que autorizou o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea amparada pela OTAN) e síria (vetada por Rússia e China) desagradaram os Estados Unidos (*The New York Times*).

As tentativas de aproximação brasileiras foram interrompidas pelo escândalo da espionagem norte-americana contra o Brasil, em 2013. A presidente chegou a adiar uma visita de Estado que faria aos Estados Unidos em setembro daquele ano, alegando que “as práticas ilegais de interceptação das comunicações de dados de cidadãos, empresas e membros do governo brasileiro constituem fato grave, atentatório à soberania nacional e aos direitos individuais, e incompatível com a convivência democrática entre países amigos” (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Federativa do Brasil).

Ainda que não tenha oficializado um pedido de desculpas pelo ocorrido, o governo Obama fez importantes movimentos, ainda que sutis, no sentido de normalizar as relações bilaterais: o então vice-presidente dos EUA, Joe Biden, visitou o Brasil em duas ocasiões, em junho de 2014 e na posse da presidente Dilma, seis meses mais tarde. Em outubro de 2014, os dois países chegaram a um Memorando de Entendimento (DS-267), que pôs fim ao contencioso do algodão que se arrastava há mais de uma década. Essa aproximação culminou na visita de Dilma aos Washington e São Francisco, em junho de 2015. Os resultados dessa viagem, contudo, foram interrompidos pelo agravamento da crise política e o subsequente processo de *impeachment*.

Redefinindo os parceiros estratégicos

A última transformação diz respeito ao eixo global dos relacionamentos brasileiros. Ao contrário do padrão universalista que balizou a política externa nos anos Lula, o governo Dilma Rousseff foi mais seletivo em relação aos parceiros estratégicos. As parcerias que ganharam corpo sob a batuta de Dilma estiveram relacionadas a dois grandes motes: ciência e tecnologia, no primeiro mandato, e comércio e investimentos, a partir de 2015. Isso explica a aproximação brasileira de países como Alemanha, França e Reino Unido, destinos importantes do (já falecido) programa Ciência Sem Fronteiras e atores centrais nas negociações do Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia. Pelas mesmas razões, o Brasil saiu em busca de contato com os países escandinavos, o que se materializou em visitas presidenciais na Suécia e na Finlândia, em 2015 (Casarões, “O Brasil”).

Uma das mais expressivas mudanças relacionadas a parcerias se deu com o Japão. Sexto parceiro comercial do Brasil, quinto maior investidor estrangeiro e aliado estratégico em diversas áreas, o governo japonês resolveu elevar as relações bilaterais conosco ao nível de Parceria Estratégica Global, em 2014. Mesmo com a “gafe” diplomática de Dilma, desmarcando duas vezes consecutivas sua ida a Tóquio – em função das manifestações, em 2013, e pelo agravamento da crise política e orçamentária, em 2015 –, o Japão aparecia como pivô da diplomacia de resultados do governo Dilma Rousseff. A estratégia asiática brasileira incluía, para além do Japão, importantes atores regionais como Indonésia, Vietnã e Cingapura (Aragusuku). Todos têm em comum, além do dinamismo econômico, o fato de que vêm se articulando em torno do Acordo Trans-Pacífico.

Se tais movimentos refletiram um equilíbrio entre escolhas estratégicas e necessidades imediatas, outras transformações na política externa do governo Dilma foram o resultado de fatores imponderáveis, fora da alçada brasileira, como os efeitos de longo prazo daquela que um dia foi conhecida como “Primavera Árabe”. A instabilidade do Oriente Médio – região marcada por guerras civis na Síria e no Iêmen, conflitos sectários no Iraque e no Líbano, ascensão do terrorismo com aspirações territoriais (materializados no Grupo Estado Islâmico ou Daesh), além do agravamento do con-

flito israelo-palestino (como observado nas duas guerras em Gaza, em 2012 e 2014) – desmantelou os legados políticos do governo Lula para a região.

Ainda que na defesa de princípios corretos, a prevalência dos interesses do PT sobre a posição tradicional do Itamaraty gerou uma crise diplomática com Israel em 2014 – no contexto da qual o Brasil foi chamado de “anão diplomático” por um porta-voz do governo Benjamin Netanyahu – e um impasse com relação à nomeação do embaixador israelense, que se arrastou por quase um ano e trouxe consequências econômicas e políticas para o Brasil (Casarões e Feldberg).

Na África, o desequilíbrio do tripé decisório da política externa reduziu visivelmente o ativismo brasileiro. O solidarismo decorrente da “dívida histórica” tão frequentemente evocada por Lula e Celso Amorim, que justificou centenas de projetos de cooperação técnica no continente, deu lugar a um pragmatismo guiado pelos gigantes nacionais de construção civil, petróleo, mineração e siderurgia. Sem as viagens presidenciais, que ficaram mais esparsas e menos assertivas sob Dilma, perdeu-se a capacidade de abertura de novas oportunidades de negócios. Algumas grandes corporações chegaram a contratar ninguém menos que o ex-presidente Lula para promover seus interesses no continente africano por meio do Instituto Lula. Sem os recursos do Itamaraty, por sua vez, as embaixadas africanas transformaram-se na vitrine do descaso do governo com a diplomacia (Mello e Fleck).

Nos dezesseis meses à frente do Itamaraty ao longo do segundo mandato de Dilma, o chanceler Mauro Vieira buscou retomar as relações prósperas com o continente africano, realizando dois périplos longos e três viagens mais curtas à região, além de negociar a assinatura de três ACFIs – com Angola, Malauí e Moçambique. Com mais liberdade de ação e sem tantas disputas políticas a prendê-lo, o Itamaraty conseguiu construir um alinhamento construtivo com o MDIC e traçar alguns novos caminhos em circunstâncias globais e domésticas desfavoráveis – naquilo que Matias Spektor chamou, não sem ironia, de “ginástica na cela” (“Ginástica na Cela”).

Os desafios, contudo, permaneceram: o avanço da Operação Lava Jato paralisou ou reduziu as atividades de determinadas empresas na África, como é o caso de Angola, cujo presidente, José Eduardo dos Santos, é acusado de participação no escândalo de corrupção que envolve Odebrecht, o ex-marqueteiro do PT, João Santana, e contratos de campanhas eleitorais angolanas (Fellet). Ficavam claros os limites da expansão por meio de seus expoentes empresariais e a imbricada relação entre o doméstico e o global que caracteriza a política externa brasileira (Simon).

A política externa normalizadora de Michel Temer (2016-2018)

No turbulento contexto político do início de 2016, a política externa foi tragada pela polarização e utilizada, tanto pelo governo Dilma quanto pelo então vice-presidente e neo-oposicionista Michel Temer, como forma de legitimar narrativas cada vez

mais divergentes sobre o processo de *impeachment* que havia se instaurado (Spektor, “Diplomacia”). É diante desse cenário, por exemplo, que surgem articulações diplomáticas por parte de países como Venezuela, Cuba, Bolívia, bem como manifestações dos secretários-gerais da UNASUL, Ernesto Samper, e da OEA, Luís Almagro, em apoio à presidente Dilma Rousseff. O Itamaraty, por sua vez, optou por manter uma postura “institucional”, que evitasse identificações partidárias e que permitisse uma transição indolor do comando da política externa quando o momento chegasse (o que, em parte, reflete a difícil relação construída entre a instituição e a presidente) (Pinheiro y Lima).

A transição finalmente ocorreu em maio, com o afastamento de Dilma e a chegada de Temer ao poder como presidente interino. O senador José Serra (PSDB-SP) assumiu a chancelaria com a promessa de reaver os recursos da pasta e de “desideologizar” a política externa – dissipando, de uma vez por todas, o legado petista nas relações internacionais do Brasil. Para empreender uma guinada diplomática (alegradamente) sem ideologias, o novo ministro tomou duas providências imediatas: em primeiro lugar, exigiu a transformação do desenho institucional da política externa, submetendo ao Itamaraty toda a área de promoção comercial – por meio da incorporação da Apex-Brasil, outrora vinculada ao MDIC – e conferindo à chancelaria a poderes sobre a política comercial, ao aproximar-se da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), agora atrelada à presidência da República.

Em segundo lugar, Serra promoveu uma ofensiva diplomática contra os principais críticos do *impeachment*. Três dias de governo foram suficientes para que o novo ministro, antes mesmo da cerimônia de posse, lançasse três duras notas públicas em nome do Ministério das Relações Exteriores: a primeira atacando os governos de Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e Nicarágua, além da ALBA/TCP, por “opinar e propagar falsidades sobre o processo político interno do Brasil” (MRE, “Manifestações”); a segunda criticando os argumentos “errôneos, infundados e preconceituosos” de Ernesto Samper, da UNASUL (MRE, “Declarações do Secretário-Geral”); a terceira condenando a decisão do governo de El Salvador de suspender contatos oficiais com o Brasil, com base em “amplo e profundo desconhecimento sobre a Constituição e a legislação brasileiras” (MRE, “Declarações do governo”).

Do discurso de posse, que trouxe dez diretrizes pontuais sobre a nova atuação internacional do Brasil, depreendeu-se a disposição do governo interino em desfazer-se do legado dos anos Lula-Dilma, não somente na dimensão ideológica ou partidária, mas também no tocante aos eixos estratégicos fundamentais da inserção brasileira. A suposta frente bolivariana a que o Brasil teria se associado nos últimos anos deveria ser substituída por relações mais profundas com países da orla do Pacífico, como México, Colômbia, Peru e Chile. A associação com os BRICS dará lugar renovado aos “parceiros tradicionais” do país, como Estados Unidos, Europa e Japão. Os temas de segurança internacional perderam ênfase em benefício das questões de comércio, meio ambiente e direitos humanos, e a bandeira do multilateralismo abriria espaço

para relações mais flexíveis de natureza bilateral ou interregional. Além disso, foi o primeiro discurso de posse, em duas décadas, que não explicitava a América do Sul como região prioritária para o Brasil (Serra, “Discurso do Ministro”).

Do populismo diplomático à diplomacia orientada para o mercado

O breve mandato de Serra, que durou nove meses, pode ser pensado como um período de intenso “populismo diplomático” (Casarões, “O novo chanceler”). De olho nas eleições de 2018, o presidenciável do PSDB fez questão de demolir publicamente tudo o que considerava iniciativas diplomáticas do lulopetismo. Rejeitou a candidatura brasileira a um assento permanente no Conselho de Segurança, chamando-a de “briga de cachorro grande” (TV Cultura), minimizou o papel dos BRICS e sinalizou mudanças no posicionamento brasileiro frente ao conflito israelo-palestino, como forma de agradar setores da comunidade judaica e evangélica.

Mais importante, Serra fez do embate com a Venezuela de Nicolás Maduro sua principal bandeira político-diplomática. Como senador, ele já havia realizado diversas críticas à situação política e humanitária do país, exigindo que o governo venezuelano fosse suspenso do Mercosul. À frente da chancelaria, Serra resolveu tornar seu desejo realidade: bloqueou a chegada de Maduro à presidência *pro tempore* do Mercosul, acusando-o de violação de direitos humanos e, na sequência, pressionou pela suspensão venezuelana, alegando que o país não havia adequado sua legislação aos acordos e compromissos previstos no protocolo de adesão ao Mercosul. Em dezembro de 2016, a Venezuela oficialmente perdia seus direitos no bloco, mas não sem deixar um rastro de discordâncias entre os membros do Mercosul, sobretudo entre Brasil e Uruguai, que desde o início insistia na legitimidade da permanência venezuelana e acusava Serra de tentar “subornar” o governo uruguaio para conseguir seus objetivos (Valente).

Receoso de que o populismo diplomático pudesse comprometer os esforços de recuperação econômica do país, Temer buscou contrapor-se, pontualmente, às ações de seu chanceler. Valendo-se das credenciais diplomáticas acumuladas em seus cinco anos como vice-presidente, ele limitou o raio de ação de José Serra, ajustando a política externa ao repertório tradicional do Itamaraty (Spektor, “Temer diplomata”). Isso ficou claro no discurso de Temer às Nações Unidas, em setembro de 2016, quando defendeu a reforma do Conselho de Segurança, a solução de dois Estados para o conflito israelo-palestino e o fortalecimento da integração regional (Romero). O desejo por normalização diplomática também transpareceu nas posturas conciliatórias de Temer frente à Venezuela, aos países árabes e aos BRICS.

Transformações no panorama das eleições presidenciais de 2018 abreviaram o período de José Serra à frente do Itamaraty. Retornar ao Senado parecia uma estratégia melhor para se defender das acusações de corrupção no âmbito da Operação

Lava Jato e manter algum poder dentro da máquina partidária. Alegando questões de saúde que o impediriam de fazer viagens longas, Serra deixou o ministério em fevereiro de 2017 e indicou seu colega e correligionário, Aloysio Nunes, como seu sucessor. O novo chanceler trouxe um perfil mais baixo de atuação, alinhado com a tradicional linha diplomática que havia se enfraquecido nos anos anteriores. Essa postura se explicava não somente pela experiência prévia de Nunes, que havia presidido a Comissão de Relações Exteriores do Senado, mas também por sua decisão de não concorrer a nenhum cargo nas eleições do ano seguinte.

A saída de Serra também permitiu ao presidente Temer redefinir as atribuições de política externa dentro do próprio ministério. Henrique Meirelles, o ministro da Fazenda, ficou responsável por liderar o pleito brasileiro de adesão à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), oficializado em maio de 2017, não somente na arena das negociações políticas (Ministério da Fazenda), mas também da defesa pública da candidatura do país (Estevão). Ademais, Temer recriou a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), estruturada por Lula em 2008 e fechada por Dilma em 2015. Para o cargo máximo, indicou o pesquisador de Harvard Hussein Kalout, que rapidamente se transformou num dos principais interlocutores do presidente em assuntos internacionais. O papel da SAE foi crucial para conferir consistência e legitimidade à agenda de liberalização econômica tocada por outros ministérios, que conflitava com o estilo gradualista e defensivo do Itamaraty no campo comercial.

A difícil manutenção de equidistância entre Washington e Beijing

Dando sequência à estratégia brasileira dos anos anteriores, Temer buscou manter uma posição de equidistância entre Estados Unidos e China, movido pela necessidade de manter os fluxos comerciais e avançar em algumas agendas bilaterais específicas. No caso de Washington, o novo governo brasileiro beneficiou-se de uma relação já normalizada com a administração Obama, após as turbulências que se seguiram ao escândalo de espionagem envolvendo a Agência de Segurança Nacional dos EUA em 2013, buscando fortalecer a cooperação bilateral em defesa em assuntos relativos a projetos de tecnologia (Barretto).

Mas a chegada do republicano Donald Trump à presidência após as surpreendentes eleições de 2016 impôs desafios importantes aos interesses brasileiros. Na medida em que o governo norte-americano virou as costas para a América Latina e hostilizou parceiros regionais tradicionais, como o México, o Brasil teve que redobrar os cuidados no tabuleiro bilateral e antecipar os movimentos erráticos de seu segundo parceiro comercial (Ferreira, “O Brasil em direção”). Após ser ignorado pelo então chanceler Rex Tillerson em sua passagem pelo continente, em fevereiro

de 2018, nos meses seguintes o Brasil recebeu o vice-presidente Mike Pence e o secretário de Defesa James Mattis. Os interesses da administração Trump com relação ao Brasil eram claros: controlar o centro de lançamentos aéreos de Alcântara, no Maranhão (Adghirni); garantir a abertura dos leilões do pré-sal a empresas privadas (Alper e Stargardter); facilitar a fusão da gigante aeroespacial brasileira Embraer com a norte-americana Boeing (DW); e construir um plano de segurança regional, envolvendo Argentina, Brasil, Colômbia e Chile (Mitchell).

Os laços com Beijing, por sua vez, seguiram os mesmos passos do governo Dilma. Afinal, a China havia se firmado como o principal parceiro comercial brasileiro, abrindo distância considerável frente aos Estados Unidos e garantindo superávits anuais à economia brasileira. Não surpreende, portanto, que a primeira viagem internacional de Temer após o interinato tenha sido à China, em setembro de 2016. No ano seguinte, ele voltou a Beijing para uma visita de Estado, cujo objetivo declarado era aprofundar a Parceria Estratégia Global Brasil-China, lançada em 2012. Para o novo governo brasileiro, era importante demonstrar interesse não somente nos assuntos de comércio e investimentos, mas também naqueles que tocavam as preocupações globais de ambos os países, como desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas e reforma das instituições multilaterais (Temer, “China”). Como de praxe, Brasil e China seguiram lidando com esses temas tanto bilateralmente, quanto por meio de coalizões de geometria variável, como os BRICS, o BASIC e o G-20 financeiro.

O governo Temer também buscou diversificar suas relações na Ásia. Apesar de o continente ter sido visto há muito como crucial para a recuperação econômica brasileira, medidas concretas com relação a outros parceiros que não a China foram dificultadas pelas desfeitas diplomáticas sucessivas de Dilma com relação a países como Japão e Vietnã (Porto). Apesar dos desencontros, o primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, ofereceu ao Brasil o status de Parceiro Estratégico Global em sua viagem a Brasília, em agosto de 2014, em reconhecimento do papel brasileiro como potência regional na América do Sul, bem como de seu potencial para contrabalancear a expansão chinesa na região, que crescera com a chegada de Xi Jinping ao poder (Embaixada do Japão no Brasil). Isso explica a decisão de Temer de visitar o Japão logo após sua ida à China, em fins de 2016: de olho na recuperação econômica brasileira, o novo governo buscou atrair investimentos japoneses no marco de uma de suas iniciativas mais ambiciosas, o Programa de Parcerias de Investimentos.

Comércio como estratégia de potência média

A presença brasileira no Sul Global, outrora marcada por uma abordagem multidimensional que combinava expansão comercial, fortalecimento das relações diplomáticas e diversificação de projetos de cooperação técnica, perdeu força ao longo dos anos Dilma e acabou sendo reduzida à manutenção dos fluxos comerciais durante

o governo Temer. Essa nova estratégia “sul-sul” mirava em duas regiões do mundo: África e Ásia. Além da parceria tradicional com Tóquio e Beijing, a estratégia asiática do Brasil buscou acercar-se do Sudeste Asiático e da Índia.

Em setembro de 2017, o embaixador Georges Lamazière, subsecretário-geral para a Ásia-Pacífico, fez uma defesa eloquente da aproximação econômica com os países daquela região, considerados essenciais à recuperação do crescimento brasileiro (Lamazière). O artigo veio como prelúdio à viagem do chanceler Aloysio Nunes a Malásia, Cingapura e Vietnã, parte do que o Itamaraty chamou de “redimensionamento” da política externa brasileira para a Ásia (MRE, “Viagem do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Sudeste Asiático”). Alguns meses mais tarde, em maio de 2018, Nunes embarcou numa segunda viagem ao continente, de três semanas, em que visitou quatro dos dez países da ASEAN – Cingapura, Tailândia, Indonésia e Vietnã – além de China, Japão e Coreia do Sul. Alguns dias antes da partida, o ministro publicou um artigo argumentando que a visita era “expressão de uma política externa que contribui para a expansão sustentada da economia brasileira, promovendo o comércio internacional, atraindo investidores e estimulando a internacionalização das empresas nacionais” (Ferreira, “O Brasil em direção”).

A Índia também foi elemento relevante dessa estratégia. Um mês após sua primeira viagem à Ásia, Temer retornou ao continente para a 7ª Cúpula dos BRICS, em Goa. O presidente aproveitou a oportunidade para encontrar-se com o premiê indiano, Narendra Modi, para reativar o Fórum IBAS – iniciativa trilateral que havia sido um dos pilares da cooperação sul-sul brasileira nos anos Lula, mas cujas cúpulas estavam suspensas desde 2013. Em outubro de 2017, os chanceleres dos três países encontraram-se em Durban e formalizaram o Fundo IBAS, criado dez anos antes em bases voluntárias e destinado a financiar projetos de cooperação técnica em nações de menor desenvolvimento relativo ou pós-conflito.

Com relação ao continente africano, em seu discurso de posse, em maio de 2016, o chanceler José Serra já havia dito que “a África moderna não pede compaixão, mas demanda um intercâmbio efetivo econômico, tecnológico e de investimentos” (Serra, “Discurso”). Essa visão foi continuada por seu sucessor, Aloysio Nunes, a quem já chegava a hora de “abrir oportunidades para mais comércio, investimentos recíprocos e parceria de negócios” (Ferreira, “Texto-base”).

Nunes, em particular, visitou diversos países africanos. Em maio de 2017, pouco após assumir o cargo, ele visitou São Tomé e Príncipe, Namíbia, Botsuana, Malauí, Moçambique e África do Sul, numa agenda ampla de desenvolvimento de ações de cooperação técnica, comércio e investimentos e que incluía, entre outras coisas, projetos militares de alta tecnologia com o governo sul-africano (Ferreira, “Brasil e África”). Em outubro do mesmo ano, o chanceler participou da Conferência da OMC em Marrakesh e aproveitou para visitar países da África ocidental – Gana, Nigéria, Côte d’Ivoire e Benin – em busca de novas oportunidades para empresas brasileiras. Seu destino final foi Durban, na África do Sul,

onde se encontrou com seus contrapartes indiano e sul-africano para a 8ª Reunião Ministerial do Fórum IBAS.

Às vésperas de sua viagem de uma semana, Nunes publicou artigo justificando o interesse brasileira África com o objetivo de “ampliar o diálogo político e comercial com países de grande potencial, de modo a contribuir para o processo de retomada do crescimento” (Ferreira, “Brasil e África”). Nesse mesmo espírito, o chanceler brasileiro também contemplou países árabes. Em julho de 2018, Nunes foi à Tunísia – com quem o Brasil negocia um ACFI, assim como um acordo de livre comércio com o Mercosul – e também à Argélia, segundo parceiro comercial do Brasil entre os árabes. Além dos parceiros do Magrebe, o ministro também foi ao Oriente Médio no início daquele ano, visitando Palestina, Jordânia, Líbano e Israel. Na agenda, comércio, investimentos e ajuda humanitária.

Ao passo que as relações com Ásia e África se fortaleceram sob Temer, os laços com a Europa, que haviam perdido muita tração nos anos anteriores, seguiram em perfil mais baixo. Por um lado, certos aspectos do relacionamento com os europeus seguem relevantes: a União Europeia é o maior parceiro comercial brasileiro, bem como o principal investidor, enquanto o Brasil é o quinto maior investidor na UE. Ademais, o continente europeu abriga uma diáspora brasileira de aproximadamente 750 mil pessoas, a maioria delas vivendo em Portugal e no Reino Unido (Zanlorenssi e Almeida). Contudo, no nível político, as relações Brasil-UE seguem reféns das negociações de um Acordo de Associação Mercosul-União Europeia, que se arrastava havia duas décadas. Após seis anos de conversas paralisadas, uma troca de ofertas foi realizada em maio de 2016 – um dia antes da suspensão do mandato de Dilma e um mês antes da votação do Brexit.

Por isso mesmo, aproveitando o momento propício de alinhamento ideológico entre os quatro membros do Mercosul, o governo Temer esforçou-se em aprovar um acordo, que poderia melhorar as condições de acesso da produção agrícola brasileira aos mercados europeus (Ferreira, “Mercosul e União Europeia”). Ainda que as negociações tenham avançado consideravelmente desde a troca de ofertas, que envolveu importantes concessões dos países sul-americanos, a incerteza causada pela corrida presidencial de 2018 no Brasil desacelerou os acertos finais do acordo, cuja aprovação ficaria para o ano seguinte, a depender do novo mandatário brasileiro (Ruic).

O colapso das iniciativas regionais do Brasil

A política de Temer para a região organizou-se em torno de três eixos principais: o reforço da dimensão econômica do Mercosul, o abandono dos esforços de integração sul-americana e o isolamento diplomático da Venezuela. O primeiro deles, alinhado às demandas de um comércio exterior mais dinâmico, já estava presente no polêmico documento “Uma Ponte para o Futuro”, que se tornou uma espécie

de plataforma extraoficial de um eventual governo Temer antes mesmo do início do processo de *impeachment*. Lançado pelo PMDB em outubro de 2015, o plano defendia uma economia mais aberta “com ou sem a companhia do Mercosul, mas preferencialmente com eles” (PMDB e Fundação Ulysses Guimarães 18).

A posição do novo governo suscitou expectativas de uma possível retirada brasileira do bloco caso não houvesse uma mudança de orientação econômica. Mas antes de se enveredar por um “Braxit” do Mercosul, inspirado no recente exemplo britânico, Temer tentou avançar acordos comerciais regionais e extrarregionais, com o apoio da Argentina de Mauricio Macri (Temer, “Um Mercosul de resultados”). Em menos de dois anos, o Mercosul assinou um Acordo de Complementaridade Econômica com a Colômbia, lançou negociações com Índia, Tunísia e a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA, na sigla em inglês) e colocou em vigor o acordo de livre comércio Mercosul-Egito (Presidência da República).

Uma nova era econômica para o Mercosul também envolvia a construção de laços mais estreitos com a Aliança do Pacífico. Quando o periódico britânico *Financial Times* publicou artigo argumentando que um “novo cisma” surgia entre “nações mercantes do Pacífico e as costas atlânticas da América Latina” (House e Elliott), o então chanceler José Serra prontamente condenou a revista em nota oficial, chamando o texto de “altamente questionável” e insistindo que não havia qualquer divisão entre os países (Serra, “Nota 194”). De fato, no início de 2017 os ministros das Relações Exteriores e Comércio de todos os membros do Mercosul e da Aliança do Pacífico encontraram-se em Buenos Aires para propor um “mapa da rota” para cooperação futura (MRE, “Reunião ministerial”). Alguns meses mais tarde, tanto Temer quanto Nunes publicaram artigos na imprensa ressaltando a importância do fortalecimento dos laços entre os dois blocos (Temer, “Um Mercosul de resultados”; Ferreira, “Mercosul”), processo que culminou, em julho de 2018, na primeira cúpula conjunta entre Mercosul e Aliança do Pacífico, no México, na qual os oito países lançaram as sementes dessa aproximação. No entanto, pela primeira vez em três décadas o Brasil não liderava o processo de integração regional.

Ao mesmo tempo, o governo Temer simplesmente ignorou os mecanismos da UNASUL e da CELAC, construídos ao fim dos anos Lula, aprofundando uma tendência que já se observava desde o segundo mandato de Dilma Rousseff. Com relação ao bloco sul-americano, o impasse em torno da indicação de um novo Secretário-Geral, após o candidato argentino ter sido vetado pela Venezuela, levou seis países – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru – a suspender sua participação na UNASUL, outrora considerada um marco da política externa brasileira. A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, por sua vez, realizou duas reuniões no período do novo governo, a Cúpula de Chefes de Estado e Governo de 2017 e o Fórum CELAC-China, em 2018, em que o governo chinês manifestou seu interesse de trazer a iniciativa da Nova Rota da Seda para a América Latina (Bousquet). Nem Temer, nem Nunes participaram delas.

Por fim, a postura de antagonismo frente à Venezuela foi uma das marcas da política externa de Michel Temer. Após o chanceler Serra realizar significativos esforços para suspender o governo venezuelano do Mercosul, em fins de 2016, o Brasil baixou o tom das disputas e adotou postura reativa diante de Caracas. A decisão de Nicolás Maduro de destituir a Assembleia Nacional de seus poderes, transferindo suas capacidades legislativas à Suprema Corte em meados de 2017 (Watts) foi a desculpa perfeita para que os membros do Mercosul invocassem a cláusula democrática do bloco, o Protocolo de Ushuaia, acrescentando mais uma camada jurídica ao isolamento venezuelano (MRE, “Decisão sobre a suspensão”).

Alguns dias após os quatro membros do Mercosul terem se reunido em São Paulo para suspender o regime de Maduro, os chanceleres argentino, brasileiro e paraguaio rumaram à capital peruana para encontrar-se com nove outros representantes do hemisfério (Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras, México, Panamá e Peru) para discutir a situação da Venezuela. Desde então, o chamado Grupo de Lima tornou-se o instrumento mais importante – ainda que controverso (Avendaño) – para pressionar pela saída de Nicolás Maduro. Apesar das posições brasileiras, o papel do país no arranjo continental foi secundário.

A política externa conservadora, nacionalista e cristã de Jair Bolsonaro (2019-2020)

De tema marginal nos debates eleitorais, em 2018 a política externa foi motivo de polêmica na corrida presidencial. Isso se deveu a dois fatores fundamentais: em primeiro lugar, a polarização entre petismo e antipetismo, que parece ter atingido seu auge neste ciclo eleitoral, colocou em evidência determinadas relações – chamadas, com conotações negativas, de “ideológicas” – estabelecidas pelos governos do PT com países como Cuba ou Venezuela, símbolos da esquerda autoritária. A utilização eleitoral, como tática de medo, do relacionamento com vizinhos latino-americanos não somente contaminou o debate sobre integração regional, como também disseminou analogias contrárias ao PT, segundo as quais o partido transformaria o Brasil em “uma nova Venezuela”, obstruindo qualquer diálogo construtivo sobre o futuro daquele país.

Em segundo lugar, a candidatura de Jair Bolsonaro apresentou-se como um polo novo, de extrema direita, com traços liberais na economia e profundamente conservador nos costumes. Sua orientação era não somente antipetista, como antissistema. Com efeito, em muitas ocasiões, o candidato do PSL, capitão reformado do Exército, usou a política externa para criticar não somente o PT, mas determinados “consensos” da diplomacia brasileira – da mudança de posição quanto ao conflito israelo-palestino ao engajamento multilateral com temas sociais, como direitos humanos ou meio-ambiente. Bolsonaro trouxe quatro grandes temas para as eleições: Venezuela, integração regional, China e o conflito israelo-palestino.

Eles ajudaram a compor a narrativa polarizadora que marcou sua cruzada contra o legado petista.

Assim como educação, cultura e direitos humanos, a política externa encontra-se no centro do projeto identitário da candidatura – e, mais tarde, do governo Bolsonaro. Construir essa identidade, que vislumbra o Brasil como uma nação “cristã, conservadora e antiglobalista” (Araújo, “Now we do”), passa pela redefinição de aspectos fundamentais das relações internacionais brasileiras, incluindo prioridades, aliados e inimigos. Nesse sentido, a política exterior bolsonarista idealiza um mundo de nações soberanas e fortes, em oposição à realidade multicultural e de fronteiras abertas de hoje; ela posiciona o Brasil no Ocidente, em termos culturais e geopolíticos, e ambiciona juntar-se a uma “guerra cultural” em nível global para recuperar suas fundações judaico-cristãs; ela busca forjar alianças com outros governos de extrema direita do mundo, a começar pelos Estados Unidos de Trump, Israel de Benjamin Netanyahu e Hungria de Viktor Orbán; ela declarou guerra contra os espectros do que essa direita chama de globalismo e socialismo.

Cruzados, soldados e mercadores: a reconfiguração do processo decisório diplomático

Não surpreende, portanto, que Bolsonaro tenha colocado um grupo bastante coeso e alinhado à ideologia de extrema direita para pilotar a diplomacia brasileira. A chamada “troika antiglobalista” era composta pelo chanceler Ernesto Araújo, pelo assessor internacional da presidência, Filipe Martins, e pelo deputado (e filho do presidente) Eduardo Bolsonaro, que rapidamente assumiu a Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e tornou-se uma espécie de ponte entre o governo, o legislativo e os interesses da família Bolsonaro. Sob a influência intelectual do autoproclamado filósofo e guru informal do governo, Olavo de Carvalho (Winter), os três foram responsáveis pela maior ruptura diplomática na história do Brasil desde, pelo menos, o início da República.

Além do fundamentalismo ideológico, a falta de experiência era um ponto comum aos novos comandantes da diplomacia. Eduardo e Filipe não possuíam qualquer vivência internacional relevante: o primeiro tinha acompanhado o pai em algumas missões parlamentares no passado, o segundo havia acabado de sair da graduação e tornara-se popular nos círculos conservadores por ter antecipado a vitória eleitoral de Trump em 2016. Inicialmente celebrado por diplomatas por ser um servidor de carreira, o que seria uma espécie de garantia de continuidade das linhas tradicionais de atuação do ministério, Araújo era um embaixador recém-promovido e nunca chefiara um posto no exterior. Sua indicação deveu-se a um polêmico texto publicado em revista do próprio Itamaraty, em que defendia que Donald Trump era o salvador espiritual do Ocidente e saudava sua batalha contra as forças malignas do globalismo e do islamismo (Araújo “Trump e o Ocidente”).

O antiglobalismo é a principal característica da política externa do governo Bolsonaro. Para seus formuladores, globalismo é uma espécie de conspiração, em escala planetária, empreendida por grandes capitalistas, forças progressistas e burocratas internacionais para destruir os três pilares da civilização ocidental – Deus, pátria e família – com objetivo último de aculturar e dominar as sociedades. O resgate do Brasil e do Ocidente, portanto, passaria por uma luta existencial contra os globalistas. Das Nações Unidas ao Greenpeace, de Leonardo DiCaprio a Greta Thunberg, do Foro de São Paulo à Irmandade Muçulmana, a política externa bolsonarista rejeita qualquer instituição, grupo, ideologia ou princípio que possa ameaçar o que consideram a natureza verdadeiramente conservadora do povo brasileiro. E isso começa pelos próprios valores tradicionais (e constitucionais) da diplomacia brasileira – pacifismo, universalismo e multilateralismo – que foram imediatamente suprimidos por Ernesto Araújo à frente da chancelaria.

Não obstante, diante da vasta constelação de forças que chegou ao poder com Bolsonaro, que envolve militares, (neo)liberais, ruralistas, lavajatistas e evangélicos, o núcleo antiglobalista tornou-se fonte permanente de atritos com outros membros do governo. Defensores de uma política externa pragmática, praticada até mesmo durante o período autoritário, os militares – representados pelo vice-presidente Hamilton Mourão – foram capazes de conter a “ala ideológica” na proposta de transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém, alinhada com os interesses do governo Trump e das lideranças evangélicas nacionais, bem como em seu desejo de promover uma mudança de regime na Venezuela. Liberais e ruralistas, por sua vez, seguem buscando estimular o comércio de *commodities* para parceiros hostilizados pelos antiglobalistas, como China, União Europeia, países árabes e muçulmanos, além da Argentina. Para o grupo liderado pelos ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Agricultura, Tereza Cristina, a única ideologia que importa é a abertura de mercados.

Parece haver certo *wishful thinking* sobre as alas liberal e militar do governo Bolsonaro serem os “adultos na sala” (Stuenkel, “How Bolsonaro’s”) a domar a equipe de política externa, por vezes chamada de “franja lunática” (Phillips). Mas a verdade é que, até a demissão de Ernesto Araújo em março de 2021, sob enorme pressão do Senado Federal, os antiglobalistas dominaram a formulação das posições internacionais no Brasil. O resultado foi um isolamento inédito do país no tabuleiro diplomático global ao cabo de 30 meses de governo. Queimadas na Amazônia, violência contra indígenas e favorecimento a grilagem e garimpo ilegais causaram reações extremadas na comunidade internacional (Pagliarini), levando setores da imprensa norte-americana a alegar que o Brasil era “uma ameaça maior que Irã ou China” (Bellstrom) ou até mesmo a perguntar “quem invadiria o Brasil para salvar a Amazônia” (Walt). Com a eclosão da pandemia de COVID-19, em março de 2020, a temerária condução da crise por parte do governo brasileiro, onde já se somam meio milhão de mortos pelo novo coronavírus, agravou a péssima imagem

internacional do Brasil. De pária ambiental, o país também se transformava em pária sanitário (Osborn; Ventura e Bueno).

O caráter nacionalista cristão do projeto bolsonarista

A política externa conservadora e antiglobalista de Bolsonaro possui elementos religiosos e ideológicos que se sobrepõem. Por vezes, ela se coloca como uma iniciativa puramente cristã, na linha da narrativa identitária do governo e dos interesses da aliança entre católicos e evangélicos conservadores que dá sustentação à base governista (Osborn). A indicação de Damares Alves, pastora da Igreja Batista, como ministra dos Direitos Humanos, Mulher e Família, era clara demonstração de que a mudança de posicionamento em questões de direitos humanos começaria dentro de casa.

Mas tudo estava amparado na nova estratégia diplomática brasileira: foram incontáveis vezes em que o chanceler Ernesto Araújo manifestou o desejo de liderar o “renascimento espiritual” do Brasil, que envolvia “falar sobre Deus em público” (Araújo, “Now we do”) e de construir um pacto (improvável) com as maiores potências cristãs do globo – os EUA e a Rússia (Bilenky) – para combater o ódio a Deus – ou teofobia – nas sociedades ocidentais (Araújo, “Discurso”). Essa política externa cristã possuía dois grandes objetivos: promover valores cristãos e conservadores em nível multilateral e proteger a liberdade religiosa (de cristãos) ao redor do mundo.

A virada cristã da política externa afetou, naturalmente, as parcerias estratégicas do Brasil. O país aliou-se com a Polônia nas negociações que culminaram no estabelecimento do Dia Internacional Comemorativo às Vítimas de Atos de Violência Baseados na Religião ou Crença (Chade, “Governo Bolsonaro”). Alguns meses mais tarde, o governo Bolsonaro apoiou, sem ressalvas, a Aliança pela Liberdade Religiosa, iniciativa liderada por Donald Trump e seu secretário de Estado, Mike Pompeo. O Brasil também promoveu o evento “Reconstruindo Comunidades: garantindo um futuro para cristãos perseguidos” ao lado da Hungria. Uma vez mais, Araújo culpou a atmosfera cultural do Ocidente, que “não se importa com o cristianismo”, pelas perseguições contra populações cristãs ao redor do mundo (Araújo, “Palavras”).

O forte componente nacionalista religioso da política externa de Bolsonaro explica o desprezo inédito do Brasil pelo multilateralismo. O argumento básico é que muitas das políticas formuladas e implementadas por instituições internacionais, da defesa de direitos de minorias, de gênero e diversidade sexual à promoção do multiculturalismo e da preservação ambiental, ameaçam diretamente os interesses nacionais e os valores religiosos de qualquer país. Durante a campanha, Bolsonaro chegou a dizer que, caso eleito, abandonaria as Nações Unidas, uma instituição inútil, “uma reunião de comunistas”. Aos poucos, o anticomunismo rasteiro, um misto de antipetismo e paranoia militarista, foi cedendo lugar às teses conspiratórias antiglobalistas, mais sofisticadas e abrangentes.

Como consequência dessa nova abordagem de política externa, o primeiro ato diplomático do governo Bolsonaro foi abandonar o Pacto Global sobre Migrações das Nações Unidas, associando-se a um grupo de países conservadores composto por EUA, Israel, República Checa, Hungria e Polônia. Afastando-se das posições tradicionalmente progressistas da diplomacia brasileira, o novo governo passou a atacar organizações da sociedade civil e ativistas de direitos humanos e mudou seus votos nas Nações Unidas em temas como direitos reprodutivos, questões de gênero e violações de direitos humanos realizadas por Israel contra os palestinos (Chade, “Viés”). “Nossos votos na ONU serão de acordo com a Bíblia”, declarou Bolsonaro em reunião com líderes evangélicos (Castro). O presidente adotou retórica semelhante em seus discursos à Assembleia Geral de 2019 (“e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”) e 2020 (“o Brasil é um país cristão e conservador e tem na família sua base”).

A aliança global de extrema direita e os novos inimigos do Brasil

Na maior parte do tempo, contudo, a política externa de Bolsonaro reflete uma ideologia ultraconservadora que vai muito além da defesa da fé cristã. Talvez a característica mais visível dessa nova orientação internacional é o estabelecimento, seguindo a filosofia de Carl Schmitt, de novos amigos e novos inimigos. Os amigos são líderes de extrema direita, como Donald Trump e Benjamin Netanyahu. Se as relações com ambos tinham, de início, motivações eleitorais, com a instauração do governo ficou claro que o plano era formar uma frente diplomática que abarcasse outros parceiros ideológicos, como Viktor Orbán da Hungria, Andrzej Duda da Polônia, ou Matteo Salvini, da Itália.

Os inimigos eram todos aqueles que ameaçassem o projeto nacionalista, cristão e conservador dessas lideranças ocidentais. Em outras palavras, qualquer país, partido ou liderança que se identificasse com o globalismo ou o socialismo. No plano regional, além do distanciamento imediato de países como Cuba e Venezuela (reconhecendo, inclusive, um presidente alternativo a Nicolás Maduro, o deputado Juan Guaidó), o Brasil passou a hostilizar a Argentina após a eleição do “socialista” Alberto Fernández e chegou a apoiar um golpe parlamentar na Bolívia contra Evo Morales. No plano global, Bolsonaro entrou em rota de colisão com os “globalistas” Angela Merkel e Emmanuel Macron, após esses e outros líderes europeus criticarem o descontrole da preservação ambiental da Amazônia.

Uma aliança global de nacional-populistas era um desejo não somente de Olavo de Carvalho e dos operadores da política externa bolsonarista, mas também de Steve Bannon, ex-assessor de Trump e talvez o mais conhecido ideólogo da extrema direita contemporânea. Um de seus planos era justamente formar uma “internacional conservadora” para lutar contra a ameaça globalista e socialista ao redor do mundo (Garcia, “Bolsonaro and Brazil”). Isso envolveria a adoção de uma agenda fortemente nacionalista em nível local e o combate permanente às instituições internacionais – ONU,

União Europeia e outros blocos regionais – e aos valores progressistas. “O problema do mundo não é a xenofobia, mas a oikofobia – o ódio ao próprio lar”, filosofou Araújo em seu discurso de posse (Araújo, “Discurso do ministro”).

Nenhum líder despertou fascínio tão grande no governo Bolsonaro do que Donald Trump. O presidente e seus assessores mais próximos sempre enxergaram o ex-presidente americano como um modelo de conduta moral e política – o homem que havia conseguido derrotar o *establishment* em seu caminho rumo à presidência. Por isso mesmo, durante a campanha, Bolsonaro não negava seu gosto pelo apelido “Trump tropical”, resultado da mimetização constante das táticas eleitorais, retórica e maneirismos do republicano (Shear e Haberman).

Ao assumir a presidência, Bolsonaro fez de suas relações com Trump – vale dizer, não com o governo, mas com seu mandatário – o principal pilar de sua política externa. Washington foi, naturalmente, seu primeiro destino bilateral (após uma rápida passagem pelo Fórum Econômico Mundial, em Davos), em visita simbólica que serviu para que o novo presidente brasileiro demonstrasse, sobretudo para a sua própria base, a grande sintonia entre os dois presidentes “conservadores” das Américas.

Mas o entusiasmo do governo Bolsonaro diante das relações com Trump contrastava com o pragmatismo do norte-americano, para quem o Brasil não era exatamente uma prioridade. Sabendo que Brasília faria concessões para nutrir o bom relacionamento, Washington conseguiu aprovar o uso da base de lançamentos espaciais de Alcântara, no estado do Maranhão, cujas negociações estavam paralisadas havia duas décadas, além de convencer o Brasil a abrir mão de seu status especial de país em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio. Em troca, Trump prometeu reabrir os mercados norte-americanos à carne brasileira e a apoiar a candidatura brasileira à OCDE (Office of the Press Secretary). A primeira promessa levou um ano para ser cumprida; a segunda nunca se concretizou.

Da perspectiva americana, o Brasil seria especialmente útil como aliado no tabuleiro geopolítico regional, contribuindo com três objetivos hemisféricos de Washington: derrubar o governo de Nicolás Maduro na Venezuela, desbaratar a atuação do Irã na região (sobretudo por meio de seu aliado, o grupo Hezbollah) e conter a presença comercial e tecnológica da China na América Latina (Bolton). Por isso mesmo, Trump decidiu estender ao Brasil a condição de “aliado prioritário extra-OTAN”, ato simbólico que poderia assegurar a lealdade brasileira a seus objetivos mais ambiciosos. Nos meses seguintes, o governo Bolsonaro reproduziu, de maneira diligente, as posições trumpistas sobre a Venezuela e acercou-se não somente de Israel, mas também das monarquias sunitas do Golfo como forma de manifestar sua hostilidade à República Islâmica do Irã (Desideri).

O complicado quebra-cabeça chinês

A China, por sua vez, era um tema muito mais delicado para o governo brasileiro. Tratava-se, afinal, do maior parceiro comercial do país por mais de uma década, com trocas chegando a US\$ 100 bilhões anuais, sempre com enormes superávits para o Brasil. Essa situação contrastava com as posições abertamente antichinesas de Bolsonaro: durante a campanha, o então deputado acusou diversas vezes a China de tentar “comprar o Brasil” e chegou a realizar missão parlamentar a Taiwan, gerando reações duras do governo chinês. Com sua eleição, o jornal estatal *China Daily* publicou alguns editoriais bastante pessimistas sobre o futuro das relações bilaterais se o novo presidente do Brasil seguisse reproduzindo o manual trompista (*China Daily*).

Na encruzilhada entre sua equipe econômica e de política externa, Bolsonaro manteve-se calado sobre a China durante seus primeiros meses de mandato. Não censurava as críticas duras vindas do núcleo antiglobalista à “ameaça chinesa” (*Folha de S. Paulo*), mas permitia que outros membros do governo, como Tereza Cristina e Hamilton Mourão, realizassem visitas à China em busca de comércio e investimentos (Stuenkel, “Can VP Mourão”). Foi a maneira encontrada pelo governo brasileiro de se reposicionar frente à guerra comercial e tecnológica entre Washington e Beijing, marcada por disputas sensíveis, como a corrida pela implementação da tecnologia 5G na América Latina.

A visita de Bolsonaro à China, em outubro de 2019, representou o ápice dessa busca por equidistância. No mês seguinte, Xi Jinping veio ao Brasil, por ocasião da 11ª Cúpula dos BRICS, e aproveitou para reforçar seu interesse em que o governo aceitasse a empresa chinesa Huawei (banida dos Estados Unidos) no leilão brasileiro do 5G (Stuenkel, “In Spite of Bolsonaro”). O governo Trump não ficou satisfeito com essa aproximação e passou a retaliar o Brasil, ainda que de maneira sutil. Seu apoio à candidatura brasileira à OCDE perdeu força (Bloomberg News), a promessa da abertura de mercado à carne nacional foi postergada (Petrov) e Trump chegou a ameaçar, nas redes sociais, tarifas unilaterais sobre o aço e o alumínio brasileiros (Swanson).

Somente com o início da pandemia, em março de 2020, Bolsonaro pôde resgatar sua boa relação com Trump. As medidas do presidente norte-americano no enfrentamento à crise sanitária serviram de baliza para o governo brasileiro, sob o paradigma de que a saúde era tão importante quanto a economia. Ademais, as tentativas ocidentais de responsabilizar o governo chinês pelo novo coronavírus, associada a uma percepção de que os chineses dependiam cada vez mais do Brasil para sua segurança alimentar, deixaram membros do governo Bolsonaro mais à vontade para atacar a China sem medo de retaliação, em diversas declarações conspiratórias, com motivos anticomunistas ou até mesmo abertamente racistas.

A derrota de Trump nas eleições de novembro de 2020 colocou o Brasil numa posição de particular vulnerabilidade. Ao romper o protocolo básico da boa diplomacia e fazer campanha aberta para o presidente norte-americano, Bolsonaro entrou em rota

de colisão com o candidato democrata, Joe Biden, o que levou ao arrefecimento das relações entre Brasília e Washington a partir de 2021. Sem o amparo político do governo dos EUA, os desgastes recorrentes na relação com a China passaram a prejudicar não somente as perspectivas comerciais, mas também de aquisição de insumos para vacinas e outros bens necessários ao combate à pandemia. Quando o Brasil ultrapassava a marca de 313 mil mortes por COVID-19, em fins de março de 2021, Ernesto Araújo renunciou ao cargo de chanceler. Pesavam contra ele acusações de ter atrapalhado os interesses do agronegócio brasileiro e, mais gravemente, de ter sabotado ativamente a negociação de vacinas para o país, quadro agravado pelos recorrentes ataques à China.

Considerações finais

As manifestações iniciadas em 2013 – e que se intensificaram até a queda de Dilma Rousseff, em 2016 – transformaram profundamente o panorama político do país, inclusive o de política externa. Outrora descolada das turbulências internas, a diplomacia foi tragada para a crise, esvaziada de suas atribuições, instrumentalizada por interesses político-partidários e, mais recentemente, escanteada por um projeto nacionalista cristão antagônico às tradições internacionais do Brasil. Não é dizer que existe uma relação direta entre a crescente agitação das ruas e a retração internacional do Brasil. Contudo, parece claro que os custos de manter o ativismo global brasileiro, sobretudo por meio da diplomacia presidencial, ficaram altos demais para qualquer presidente daí em diante.

Dilma Rousseff, que já não se interessava pelas questões internacionais e não possuía a mesma disposição política de seu antecessor por fazer política externa, optou pelo caminho do abandono das iniciativas brasileiras no mundo. Os projetos de cooperação foram interrompidos, o fluxo de comércio e investimentos despencou e as ambiciosas alianças entre nações emergentes perderam sentido prático, para além do vazio discurso diplomático. Se, por um lado, isso aliviou parte das pressões oposicionistas sobre a presidente, que frequentemente reclamavam da política externa ideologizada do lulopetismo, o desprezo pelo legado diplomático de Lula custou a simpatia da sua própria base política. Enfraquecida e desgastada no início de seu segundo mandato, a partir de 2015, Dilma optou por uma política externa de feições liberais, voltadas para o comércio e os investimentos, em linha com a estratégia de um país médio, sem a grandeza do passado.

Essa mesma estratégia de potência média, voltada para o comércio, foi empregada pelo vice-presidente Michel Temer, que assumiu após o *impeachment* de Dilma, em maio de 2016. A recomposição da base legislativa do governo envolveu um pacto amplo com a oposição ao PT e trouxe seu principal adversário, o PSDB, para o Ministério das Relações Exteriores. Foi a primeira vez em 15 anos em que alguém de fora da carreira diplomática assumia a chancelaria. José Serra, embalado pela possibilidade

de sair candidato à presidência em 2018, capturou a política externa e transformou-a em sua plataforma pessoal de campanha. As escolhas de Serra vieram à custa dos resultados econômicos do governo, razão pela qual Temer operou como contraponto aos arroubos “populistas” de seu chanceler. Menos de um ano mais tarde, a chegada de Aloysio Nunes ao Itamaraty resgatou o equilíbrio da estratégia internacional do governo, ainda que o cerne dessa agenda – abertura comercial e o ingresso brasileiro na OCDE – tivessem sido colocados a cargo do Ministério da Fazenda.

A proposta de Bolsonaro representou uma ruptura total com os projetos anteriores de potência emergente, do PT, e de potência média, do período entre Dilma e Temer. Ao contrário dos objetivos pragmáticos e de longo prazo dos governos anteriores, Bolsonaro articulou uma plataforma internacional profundamente identitária: diplomacia atuando em linha com outros setores do governo na transformação do Brasil em um país cristão e conservador. Pela primeira vez (possivelmente na história do Brasil), a política externa submetia-se integralmente ao projeto personalista do presidente e à constelação de forças que lhe dava sustentação. A submissão da estratégia internacional do Brasil à ideologia cristão e antiglobalista prevalecente do governo pode até ter sido responsável pela manutenção da popularidade do presidente em tempos de crise, mas gerou dois efeitos profundos sobre o lugar do Brasil no mundo: o completo isolamento brasileiro do concerto das nações, fruto não somente de uma visão binária e schmittiana das relações internacionais mas também da associação irresponsável do Brasil com líderes (e não países) que acabaram saindo do poder; e a deterioração da imagem brasileira no exterior, responsável por tornar o Brasil um pária ambiental e sanitário – e, muito possivelmente, uma ameaça real à democracia liberal.

É natural que, numa democracia, a política externa – uma política pública, afinal – submeta-se aos interesses do governo de turno. Mas também é esperado que ela projete interesses, aspirações e valores de longo prazo do Brasil. O efeito mais pernicioso da crise brasileira, iniciada nas ruas em 2013 e que se espalhou por todo o tecido social e institucional ao longo dos anos seguintes, foi tirar da diplomacia sua capacidade de representar, diante do mundo, as aspirações coletivas de um verdadeiro projeto de nação. Em meio a tantas incertezas do atual cenário político, que pairam inclusive sobre a permanência democrática do país, a única coisa que se pode especular é que a política externa será elemento incontornável da reconstrução política do Brasil – esperamos que num futuro próximo.

Referencias

Adams, Luís Inácio. “Mercosul e as Sanções no Direito Comunitário”. *Folha de S. Paulo*, 6 jul. 2012, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/52903-merc-sul-e-as-sancoes-no-direito-comunitario.shtml>

- Adghirni, Samy. "Pence to Lead U.S.-Brazil Talks on Rocket Launch Site, Sources Say". *Bloomberg*, 22 jun. 2018, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2018-06-22/pence-is-said-to-lead-u-s-brazil-talks-on-rocket-launch-site>
- Adghirni, Samy e Justin Sink. "Trump Says He Still Supports Brazil in OECD, Despite Letter". *Bloomberg*, 10 out. 2019, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-10-10/u-s-turns-down-brazil-s-oecd-bid-after-publicly-endorsing-it>
- Alper, Alexandra e Gabriel Stargardter. "Shell, Chevron bet big in last Brazil oil auction before elections". *Reuters*, 28 set. 2018, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-oil-auction/shell-chevron-bet-big-in-last-brazil-oil-auction-before-elections-idUSKCN1M80AN>
- Amorim, Celso. "Os Brics e a reorganização do mundo". *Folha de S. Paulo*, 8 jun. 2008, <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0806200807.htm>
- . "Let Us In". *Foreign Policy*, 14 mar. 2011, <https://foreignpolicy.com/2011/03/14/let-us-in/>
- . "Uma visão brasileira do panorama estratégico global". *Contexto Internacional*, vol. 33, nº 2, 2011, pp. 265-275.
- . "Hardening Brazil's Soft Power". *Project Syndicate*, 16 jul. 2013, <https://www.project-syndicate.org/commentary/a-more-robust-defense-policy-for-brazil-by-celso-amorim>
- Antunes, Claudia. "Patriota e Dilma lançam 'multipolaridade benigna'". *Folha de S. Paulo*, 23 mar. 2011, <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/892760-patriota-e-dilma-lancam-multipolaridade-benigna.shtml>
- Aragusuku, Juliano A. S. "Qual o resultado da visita à Ásia?". *CartaCapital*, 13 ago. 2015, <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/qual-o-resultado-da-visita-a-asia-7205/>
- Araújo, Ernesto. "Trump e o Ocidente". *Cadernos de Política Exterior*, ano 3, nº 6, 2017, pp. 323-358.
- . "Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de Posse no Ministério das Relações Exteriores". *Ministério das Relações Exteriores*, 3 jan. 2019, <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/19907-discurso-do-ministro-ernesto-araujo-durante-cerimonia-de-posse-no-ministerio-das-relacoes-exteriores-brasilia-2-de-janeiro-de-2019>
- . "Now we do". *The New Criterion*, vol. 40, nº 5, jan. 2019, <https://newcriterion.com/issues/2019/1/now-we-do>
- . "Palavras do Ministro Ernesto Araújo no evento 'Rebuilding Communities: Ensuring a Future for Persecuted Christians'". *Ministério das Relações Exteriores*, 2 oct. 2019, <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/20925-palavras-do-ministro-ernesto-araujo-no-evento-rebuilding-communities-ensuring-a-future-for-persecuted-christians-nova-york-27-de-setembro-de-2019-em-ingles>

- Assessoria de Comunicação Social do MDIC. “Acordo automotivo com a Colômbia entra em vigor e MDIC regula distribuição de cotas”. *Ministério da Economia*, 21 dez. 2017, <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/noticias/mdic/acordo-automotivo-com-a-colombia-entra-em-vigor-e-mdic-regula-distribuicao-de-cotas>
- Avendaño, Orlando. “El Grupo de Lima (o el clan de amigos de los comunicados)”. *Panam Post*, 16 set. 2018, <https://panampost.com/orlando-avendano/2018/09/16/el-grupo-de-lima-o-el-clan-de-amigos-de-los-comunicados/>
- Barbosa, Rubens. “Mercosul, 25 anos”. *O Estado de S. Paulo*, 12 abr. 2016, <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul--25-anos,1854748>
- Barretto, Andréa. “Agreements between Brazil and the United States Strengthen Defense-Related Cooperation”. *Diálogo Americas*, 10 maio 2017, <https://dialogo-americas.com/articles/agreements-between-brazil-and-the-united-states-strengthen-defense-related-cooperation/>
- Bellstrom, Tyler. “Brazil is a bigger threat than either Iran or China”. *The New Republic*, 26 jul. 2019, <https://newrepublic.com/article/154547/brazil-bigger-threat-either-iran-china>
- Bergamo, Mônica. “Não é o caso de comprar brigas que não podemos vencer, diz Hamilton Mourão”. *Folha de S. Paulo*, 23 nov. 2018, <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/nao-e-o-caso-de-comprar-brigas-que-nao-podemos-vencer-diz-hamilton-mourao.shtml>
- Bilenky, Thais. “Futuro chanceler propôs a Bolsonaro pacto cristão com EUA e Rússia”. *Folha de S. Paulo*, 5 dez. 2018, <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/12/futuro-chanceler-propos-a-bolsonaro-pacto-cristao-com-eua-e-russia.shtml>
- Bloomberg News. “Bolsonaro Meets China’s Xi in Bid to Balance Ties With U.S.”. *Bloomberg*, 24 oct. 2019, <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-10-25/bolsonaro-to-meet-china-s-xi-in-bid-to-balance-ties-with-u-s>
- Bolton, John [@AmbJohnBolton]. “We’re proud to make Brazil a Major Non-NATO Ally, and look forward to working with them on Venezuela, Iran, and China. A great meeting with a strong new strategic partner!”. *Twitter*, 19 mar. 2019, <https://twitter.com/ambjohnbolton/status/1108099037536882688>
- Bousquet, Earl. “CELAC driving for a Silk Road of shared interests”. *China.org.cn*, 30 jan. 2018, http://www.china.org.cn/opinion/2018-01/30/content_50355451.htm
- Brandão, Gorette. “Patriota diz que Aliança do Pacífico não ameaça interesses do Brasil”. *Senado Notícias*, 20 jun. 2013, <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/20/patriota-diz-que-alianca-do-pacifico-nao-ameaca-interesses-do-brasil>
- Bueno, Sérgio Ruck. “No Rio Grande do Sul, Aécio Neves propõe o fim do Mercosul”. *Valor Econômico*, 7 abr. 2014, <https://valor.globo.com/politica/noticia/2014/04/07/no-rio-grande-do-sul-aecio-neves-propoe-o-fim-do-mercosul.ghtml>
- Casarões, Guilherme. “Continuidade na mudança: as relações entre Brasil e Israel no governo Dilma Rousseff”. *Revista digital do NIEJ*, ano 5, nº 8, 2015, pp. 21-34.

- —. “O Brasil e as potências médias: um ano depois”. *Revista Sapiencia*, vol. 24, 2015, pp. 30-33.
- —. “O novo chanceler e o xadrez político da política externa”. *NEAI*, 6 mar. 2017, <https://neai-unesp.org/guilherme-casaro-es-o-novo-chanceler-e-o-xadrez-politico-da-politica-externa>
- Casarões, Guilherme e Samuel Feldberg. “Israel and Brazil: a long and stable relationship (part II)”. *Israel Journal of Foreign Affairs*, vol. 15, 2021, pp. 67-86.
- Castro, Juliana. “Bolsonaro diz que Brasil passou a votar na ONU seguindo a Bíblia”. *O Globo*, 11 abr. 2019, <https://oglobo.globo.com/mundo/bolsonaro-diz-que-brasil-passou-votar-na-onu-seguindo-biblia-23591655>
- Castro Neves, João Augusto de, Oliver Stuenkel e Matias Spektor. “O Brasil na Venezuela”. *Folha de S. Paulo*, 2 mar. 2015, <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/210161-o-brasil-na-venezuela.shtml>
- Chade, Jamil. “Governo Bolsonaro denuncia na ONU perseguição contra cristãos”. *UOL Notícias*, 9 jul. 2019, <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/07/09/governo-bolsonaro-denuncia-na-onu-perseguiacao-contracristaos/>
- —. “Viés ideológico transforma votos do Brasil na ONU”. *UOL Notícias*, 26 set. 2019, <https://jamilchade.blogosfera.uol.com.br/2019/09/26/vies-ideologico-transforma-votos-do-brasil-na-onu/>
- China Daily*. “China part of the solutions not part of Brazil’s problems”. *China Daily*, 2 jan. 2019, https://www.chinadaily.com.cn/global/2019-01/03/content_37422225.htm
- Department of International Relations and Cooperation. “International Relations and Cooperation on IBSA Trilateral Ministerial Commission meeting”. *South African Government*, 17 oct. 2017, <https://www.gov.za/speeches/8th-ibsa-trilateral-ministerial-commission-meeting-17-oct-2017-0000>
- Desideri, Leonardo. “Brasil sediará evento do governo Trump sobre paz no Oriente Médio”. *Gazeta do Povo*, 13 set. 2019, <https://www.gazetadopovo.com.br/república/oriente-medio-encontro-de-paz-brasil-trump-eua/>
- Deutsche Welle (DW). “Boeing takes over Embraer’s commercial business”. *DW*, 5 jul. 2018, <https://www.dw.com/en/boeing-takes-over-embraers-commercial-business/a-44546870>
- Dias, Marina e Flávia Foreque. “Brasil e China confirmam acordos de mais de US\$ 53 bi e ajuda à Petrobras”. *Folha de S. Paulo*, 19 maio 2015, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/05/1630920-brasil-e-china-assinam-acordos-de-mais-de-us-53-bilhoes.shtml>
- Embaixada do Japão no Brasil. *Fortalecendo a Parceria Estratégica e Global: a política do Japão para o Brasil*. S. l., Embaixada do Japão no Brasil, 2017, <https://www.br.emb-japan.go.jp/files/000267268.pdf>
- Estevão, Marcello. “O Brasil na OCDE: o que está em jogo”. *Brazil Journal*, 21 jun. 2017, <https://braziljournal.com/o-brasil-na-ocde-o-que-esta-em-jogo->

- Fellet, João. “Odebrecht, Lula e uma campanha de US\$ 50 mi: as peças do ‘quebra-cabeça’ de João Santana em Angola”. *BBC News Brasil*, 26 fev. 2016, https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160223_odebrecht_angola_jf
- Ferreira, Aloysio Nunes. “Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira”. *Ministério das Relações Exteriores*, 8 mar. 2017, <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/ministro-das-relacoes-exteriores/discursos-mre/texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloyzio-nunes-ferreira-palacio-itamaraty-7-de-marco-de-2017>
- . “O imperativo da parceria com a África”. *Ministério das Relações Exteriores*, 6 maio 2017, <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-artigos/16241-o-imperativo-da-parceria-com-a-africa-correio-braziliense-06-05-2017>
- . “Mercosul e União Europeia, acordo estratégico”. *Folha de S. Paulo*, 29 ago. 2017, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/08/1913836-mercosul-e-uniao-europeia-acordo-estrategico.shtml>
- . “Mercosul: mais comércio, menos barreiras”. *Estadão*, 7 oct. 2017, <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,mercosul-mais-comercio-menos-barreiras,70002031622>
- . “Brasil e África, parceria natural”. *Folha de S. Paulo*, 11 oct. 2017, <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2017/10/1926061-brasil-e-africa-parceria-natural.shtml>
- . “Um Brasil renovado numa OCDE renovada”. *O Estado de S. Paulo*, 16 jan. 2018, <https://opiniaio.estadao.com.br/noticias/geral,um-brasil-renovado-numa-ocde-renovada,70002152165>
- . “Países mais próximos”. *O Globo*, 27 fev. 2018, <https://oglobo.globo.com/opiniaio/paises-mais-proximos-22434936>
- . “O Brasil em direção à Ásia”. *O Globo*, 7 maio 2018, <https://oglobo.globo.com/opiniaio/o-brasil-em-direcao-asia-22655078>
- . “Diálogo franco, resultados concretos”. *O Globo*, 26 jun. 2018, <https://oglobo.globo.com/opiniaio/dialogo-franco-resultados-concretos-22820055>
- Folha de S. Paulo*. “A novos diplomatas, Araújo diz que país não venderá alma para exportar minério de ferro e soja”. *Folha de S. Paulo*, 11 mar. 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/03/a-novos-diplomatas-araujo-diz-que-pais-nao-vendera-alma-para-exportar-minerio-de-ferro-e-soja.shtml>
- Garcia, Marco Aurélio. “Paraguai, Brasil e o Mercosul”. *Política Externa*, vol. 21, nº 3, 2013, pp. 9-17.
- Garcia, Raphael Tsavkko. “Bolsonaro and Brazil court the Global Far-Right”. *NACLA*, 21 ago. 2019, <https://nacla.org/news/2019/08/21/bolsonaro-and-brazil-court-global-far-right>

- Gurovitz, Helio. “A guinada no Itamaraty de Serra”. *G1*, 19 maio 2016, <https://g1.globo.com/mundo/blog/helio-gurovitz/post/guinada-no-itamaraty-de-serra.html>
- G1. “Mercosul suspende Venezuela por não cumprir normas do bloco, dizem agências”. *G1*, 1 dez. 2016, <https://g1.globo.com/mundo/noticia/mercosul-suspende-venezuela-por-nao-cumprir-normas-do-bloco-dizem-agencias.ghtml>
- House, Richard e Lucinda Elliott. “Trade pacts: Latin America’s new faultline”. *Financial Times*, 23 maio 2016, <https://www.ft.com/content/8791458a-1eac-11e6-b286-cddde55ca122>
- Lamazière, Georges. “O lugar do sudeste asiático na política externa brasileira”. *Ministério das Relações Exteriores*, 5 set. 2017, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/outras-autoridades-artigos/17397-o-lugar-do-sudeste-asiatico-na-politica-externa-brasileira-correio-braziliense-05-09-2017>
- Mello, Patrícia Campos e Isabel Fleck. “Faltam luz e água em embaixadas brasileiras, dizem diplomatas”. *Folha de S. Paulo*, 21 jan. 2015, <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2015/01/1578402-faltam-luz-e-agua-em-embaixadas-brasileiras-dizem-diplomatas.shtml>
- Ministério da Fazenda. “Governo brasileiro solicita ingresso à OCDE como país-membro”. *Secretaria Especial de Fazenda*, 1 jun. 2017, <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/assuntos/noticias/2017/junho/governo-brasileiro-solicita-ingresso-a-ocde-como-pais-membro>
- Ministério das Relações Exteriores (MRE). “Declarações do Secretário-Geral da UNASUL sobre a situação interna no Brasil”. *IPRI*, 13 maio 2016, <https://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/102-america-do-sul/uniao-das-nacoes-sul-americanas-unasul/222-declaracoes-do-secretario-geral-da-unasul-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>
- —. “Manifestações sobre a situação interna no Brasil”. *Ministério das Relações Exteriores*, 13 maio 2016, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14023-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>
- —. “Declarações do governo de El Salvador sobre a situação interna no Brasil”. *Ministério das Relações Exteriores*, 16 maio 2016, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14032-declaracoes-do-governo-de-el-salvador-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>
- —. “Decisão do Conselho Executivo da UNESCO sobre o patrimônio cultural nos territórios ocupados”. *Ministério das Relações Exteriores*, 9 jun. 2016, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14191-decisao-do-conselho-executivo-da-unesco-sobre-o-patrimonio-cultural-nos-territorios-ocupados>
- —. “VIII Cúpula dos BRICS”. *Ministério das Relações Exteriores*, 11 oct. 2016, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/14912-viii-cupula-do-brics-goia-india-15-e-16-de-outubro-de-2016>
- —. “Visita do Presidente da República ao Japão”. *Ministério das Relações Exteriores*, 11 oct. 2016, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/

- notas-a-imprensa/nota-387-visita-do-presidente-da-republica-ao-japao-to-
quio-18-e-19-de-outubro-de-2016-credenciamento-de-imprensa
- —. “Reunião ministerial Mercosul-Aliança do Pacífico: Comunicado Conjunto”. *Ministério das Relações Exteriores*, 7 abr. 2017, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/16082-reuniao-ministerial-mercosul-alianca-do-pacifico-comunicado-conjunto>
- —. “Visita do Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Namíbia, Botsuana, Malawi, Moçambique e África do Sul”. *Ministério das Relações Exteriores*, 5 maio 2017, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-aloy-sio-nunes-ferreira-a-namibia-botsuana-malawi-mocambique-e-africa-do-sul-8-a-15-de-maio-de-2017
- —. “Comunicado Conjunto Brasil-União Europeia – Dez anos da Parceria Estratégica”. *Ministério das Relações Exteriores*, 4 jul. 2017, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/dez-anos-da-parceria-estrategica-brasil-uniao-europeia
- —. “Decisão sobre a suspensão da República Bolivariana da Venezuela do Mercosul em aplicação do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul”. *Ministério das Relações Exteriores*, 5 ago. 2017, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/decisao-sobre-a-suspensao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-do-mercosul-em-aplicacao-do-protocolo-de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico
- —. “Visita de Estado à China”. *Ministério das Relações Exteriores*, 30 ago. 2017, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-de-estado-a-china-1-de-setembro-de-2017
- —. “Viagem do ministro Aloysio Nunes Ferreira ao Sudeste Asiático”. *Ministério das Relações Exteriores*, 4 set. 2017, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/viagem-do-ministro-aloy-sio-nunes-ferreira-ao-sudeste-asiatico-5-a-12-de-setembro-de-2017
- —. “Visita do Ministro Aloysio Nunes Ferreira a Gana, Nigéria, Côte d’Ivoire e Benin”. *Ministério das Relações Exteriores*, 10 oct. 2017, https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-aloy-sio-nunes-ferreira-a-gana-nigeria-cote-d-ivoire-e-benin-11-a-16-de-outubro-de-2017
- —. “Viagem do ministro Aloysio Nunes Ferreira à Ásia”. *Ministério das Relações Exteriores*, 7 maio 2018, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/18804-viagem-do-ministro-aloy-sio-nunes-ferreira-a-asia-singapura-7-de-maio-de-2018>
- —. “Visita do ministro Aloysio Nunes Ferreira a Túnis”. *Ministério das Relações Exteriores*, 19 jul. 2018, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/19172-visita-do-ministro-aloy-sio-nunes-ferreira-a-tunis-20-de-julho-de-2018>

- —. “Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, à Argélia”. *Ministério das Relações Exteriores*, 20 jul. 2018, https://www.gov.br/mre/pt-br/canal_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/visita-do-ministro-das-relacoes-exteriores-alloysio-nunes-ferreira-a-argelia-22-e-23-de-julho-de-2018
- —. “IBAS – Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul”. *Ministério das Relações Exteriores*, s. f., <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3673-forum-de-dialogo-india-brasil-e-africa-do-sul-ibas>
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto de la República Argentina. “At the request of the Group of Lima, 53 countries express concern over situation in Venezuela”. *Information for the Press no. 219/18*, 5 July 2018.
- Mitchell, Ellen. “Mattis to travel to South America to meet defense officials”. *The Hill*, 8 set. 2018, <https://thehill.com/policy/defense/401166-mattis-to-travel-to-south-america-to-meet-defense-officials>
- Office of the Press Secretary. “Joint Statement from President Donald J. Trump and President Jair Bolsonaro”. *U.S. Embassy & Consulates in Brazil*, 19 mar. 2019, <https://br.usembassy.gov/joint-statement-from-president-donald-j-trump-and-president-jair-bolsonaro/>
- Osborn, Catherine. “Bolsonaro’s Christian Coalition Remains Precarious”. *Foreign Policy*, 1 jan. 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/01/01/bolsonaros-christian-coalition-remains-precious-brazil-brasil-president/>
- Pagliarini, Andre. “The Amazon is burning – and it’s Bolsonaro’s fault”. *Jacobin*, 25 ago. 2019, <https://jacobinmag.com/2019/08/the-amazon-rainforest-burning-jair-bolsonaro-brazil-deforestation>
- Patriota, Antonio. “O Brasil e a política externa dos EUA no governo Obama”. *Política Externa*, jul./ago. 2009, pp. 83-92.
- Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e Fundação Ulysses Guimarães. *Uma ponte para o futuro*. Brasília, Fundação Ulysses Guimarães, 2015, <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>
- Petrov, Arkady. “Agriculture Minister Leaves USA Without Definition on Brazil’s Meat Exports”. *The Rio Times*, 21 nov. 2019, <https://riotimesonline.com/brazil-news/brazil/business-brazil/agriculture-minister-leaves-usa-without-definition-on-brazils-meat-market/>
- Phillips, Tom. “Brazilian diplomats ‘disgusted’ as Bolsonaro pulverizes foreign policy”. *The Guardian*, 25 jun. 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/jun/25/brazilian-diplomats-disgusted-bolsonaro-pulverizes-foreign-policy>
- Pinheiro, Letícia e Maria Regina Soares de Lima. “Itamaraty e o impeachment: equidistância pragmática?”. *Blog do GR-RI*, 29 abr. 2016.
- Porto, Alexandre Vidal. “O Custo Dilma”. *Folha de S. Paulo*, 17 dez. 2015, <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandrevidalporto/2015/12/1713010-o-custo-dilma.shtml>

- Presidência da República. “Nova fase do Mercosul permite mais acordos e aproximação com diversos países”. *Planalto*, 21 dez. 2017, <http://www2.planalto.gov.br/mandatomicheltemer/acompanhe-planalto/noticias/2017/12/nova-fase-do-mercosul-permite-mais-acordos-e-aproximacao-com-diversos-paises/>
- Prestes, Felipe. “Não entendem a importância do Mercosul”, afirma Samuel Pinheiro Guimarães”. *Sul 21*, 9 jul. 2012, <https://sul21.com.br/noticiasultimas-noticias-politica/2012/07/nao-ha-compreensao-da-importancia-do-mercosul-defende-samuel-pinheiro-guimaraes/>
- Romero, Simon. “Brazil’s New President, Michel Temer, Defends Impeachment of Dilma Rousseff”. *The New York Times*, 19 set. 2016, <https://www.nytimes.com/2016/09/21/world/americas/michel-temer-brazil-unga-2016-united-nations.html>
- Ruic, Gabriela. “Acordo entre UE e Mercosul não deve sair em 2018, diz embaixador europeu”. *Exame*, 21 set. 2018, <https://exame.com/mundo/acordo-entre-ue-e-mercosul-nao-deve-sair-em-2018-diz-embaixador-europeu/>
- R7. “Serra afirma que vitória de Trump seria um ‘pesadelo’”. *R7 Brasil*, 31 jul. 2016, <https://noticias.r7.com/brasil/serra-afirma-que-vitoria-de-trump-seria-um-pesadelo-31072016>
- Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República Federativa do Brasil. “Adiamento da visita de Estado da presidenta Dilma Rousseff aos EUA em virtude da falta de explicações do governo norte-americano às denúncias de espionagem ao governo e a empresas brasileiras”. *Presidência da República*, 2013, <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/notas-oficiais/notas-oficiais/comunicado-oficial>
- Serra, José. “Discurso do Ministro José Serra por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de ministro de Estado das Relações Exteriores”. *Ministério das Relações Exteriores*, 18 maio 2016, <http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/14038-discurso-do-ministro-jose-serra-por-ocasio-da-cerimonia-de-transmissao-do-cargo-de-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-brasil-18-de-maio-de-2016>
- . “Nota 194 – Resposta do ministro José Serra ao jornal Financial Times a propósito de artigo sobre o Mercosul”. *José Serra*, 30 maio 2016, <http://www.joseserra.com.br/nota-194-resposta-do-ministro-jose-serra-ao-jornal-financial-times-a-proposito-de-artigo-sobre-o-mercosul/>
- Shear, Michael D. e Maggie Haberman. “For Trump, Brazil’s President is Like Looking in the Mirror”. *The New York Times*, 19 mar. 2019, <https://www.nytimes.com/2019/03/19/us/politics/bolsonaro-trump.html>
- Simon, Roberto. “Brazil’s foreign policy failures”. *Foreign Affairs*, 5 jan. 2016, <https://www.foreignaffairs.com/articles/brazil/2016-01-05/brazils-foreign-policy-failures>
- Spektor, Matias. “Temer diplomata”. *Folha de S. Paulo*, 29 maio 2013, <https://m.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2013/05/1286530-temer-diplomata.shtml>

- —. “Ginástica na Cela”. *Folha de S. Paulo*, 18 fev. 2015, <https://m.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2015/02/1591054-ginastica-na-cela.shtml>
- —. “Diplomacia do impeachment”. *Folha de S. Paulo*, 24 mar. 2016, <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/matiasspektor/2016/03/1753475-diplomacia-do-impeachment.shtml>
- Stuenkel, Oliver. “How Bolsonaro’s Rivalry with His Vice President Is Shaping Brazilian Politics”. *Americas Quarterly*, 17 abr. 2019, <https://www.americasquarterly.org/article/how-bolsonaros-rivalry-with-his-vice-president-is-shaping-brazilian-politics/>
- —. “Can VP Mourão Fix Brazil-China Ties?”. *Americas Quarterly*, 20 maio 2019, <https://www.americasquarterly.org/article/can-vp-mourao-fix-brazil-china-ties/>
- —. “In Spite of Bolsonaro, China Quietly Deepens its Influence in Brazil”. *Americas Quarterly*, 12 nov. 2019, <https://www.americasquarterly.org/article/in-spite-of-bolsonaro-china-quietly-deepens-its-influence-in-brazil/>
- Swanson, Ana. “Trump Says U.S. Will Impose Metal Tariffs on Brazil and Argentina”. *The New York Times*, 2 dez. 2019, <https://www.nytimes.com/2019/12/02/business/economy/trump-tariffs-brazil-argentina-metal.html>
- Temer, Michel. “Discurso do presidente da República, Michel Temer, em encontro com empresários japoneses”. *Ministério das Relações Exteriores*, 19 oct. 2016, <https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-em-encontro-com-empresarios-japoneses-toquio-19-de-outubro-de-2016>
- —. “Mercosul: caminhos para o futuro”. *Valor Econômico*, 21 jul. 2017, <https://valor.globo.com/opiniao/coluna/mercosul-caminhos-para-o-futuro.ghtml>
- —. “China: uma visita em três tempos”. *Presidência da República*, 30 ago. 2017, <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/artigos-do-presidente-michel-temer/china-uma-visita-em-tres-tempos>
- —. “Um Mercosul de resultados”. *O Globo*, 21 dez. 2017, <https://oglobo.globo.com/opiniao/um-mercosul-de-resultados-22216625>
- The New York Times*. “Isolating Assad”. *The New York Times*, 31 ago. 2011, <https://www.nytimes.com/2011/09/01/opinion/isolating-assad.html>
- Timerman, Héctor *et al.* “Mercosul – 20 anos que transformaram o Cone Sul”. *Estadão*, 26 mar. 2011, <https://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,mercosul-20-anos-que-transformaram-o-cone-sul-imp-,697490>
- TV Cultura. “Roda Viva | José Serra | 06/06/2016”. *TV Cultura*, 6 jun. 2016, https://tvcultura.com.br/videos/53969_roda-viva-jose-serra-06-06-2016.html
- Valente, Gabriela. “Uruguai diz que Serra tentou comprar voto no Mercosul”. *O Globo*, 16 ago. 2016, <https://oglobo.globo.com/economia/uruguai-diz-que-serra-ten-tou-comprar-voto-no-mercosul-19933386>

- Ventura, Deisy e Flávia Bueno. “De líder a paria de la salud global: Brasil como laboratorio del ‘neoliberalismo epidemiológico’ ante la Covid-19”. *Foro Internacional*, LXI, nº 2, 2021, pp. 427-467.
- Vieira, Mauro. “Os 25 anos de Mercosul: momento de reconhecer os ganhos”. *Folha de S. Paulo*, 26 mar. 2016, <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2016/03/1754184-os-25-anos-de-mercosul-momento-de-reconhecer-os-ganhos.shtml>
- Walt, Stephen M. “Who Will Save the Amazon (and How)?”. *Foreign Policy*, 5 ago. 2019, <https://foreignpolicy.com/2019/08/05/who-will-invade-brazil-to-save-the-amazon/>
- Watts, Jonathan. “Venezuela opposition allege coup as supreme court seizes power”. *The Guardian*, 30 mar. 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/mar/30/venezuela-president-nicolas-maduro-national-assembly>
- Winter, Brian. “Jair Bolsonaro’s Guru”. *Americas Quarterly*, 17 dez. 2018, <https://www.americasquarterly.org/content/jair-bolsonaros-guru>
- Zanlorenssi, Gabriel e Rodolfo Almeida. “Em que países vivem os brasileiros no exterior, segundo o Itamaraty”. *Nexo Jornal*, 16 fev. 2018, <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/02/16/Em-que-pa%C3%ADses-vivem-os-brasileiros-no-exterior-segundo-o-Itamaraty>